



PETROBRAS

ENFERMAGEM DO TRABALHO

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Matemática
- ▶ Conhecimentos Específicos - Bloco I
- ▶ Conhecimentos Específicos - Bloco II
- ▶ Conhecimentos Específicos - Bloco III

INCLUI QUESTÕES GABARITADAS

COM BASE NO
ÚLTIMO EDITAL



BÔNUS

ÁREA DO
CONCURSEIRO

- **Português:** Ortografia, Fonologia, Acentuação Gráfica, Concordância, Regência, Crase e Pontuação.
- **Informática:** Computação na Nuvem, Armazenamento em Nuvem, Intranet, Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança da informação.

41
ANOS
A SOLUÇÃO PARA O SEU CONCURSO



AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Questões gabaritadas
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



PETROBRAS

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A

Enfermagem do Trabalho

**DE ACORDO COM O EDITAL Nº 1 – PETROBRAS/
PSP RH 2023.2**

CÓD: SL-058FV-26
7908433291367

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados	7
2. Reconhecimento de tipos textuais: narração, descrição, dissertação	7
3. Domínio da ortografia oficial	14
4. Emprego das classes de palavras: substantivos, adjetivos, verbos, conjunções, preposições, pronomes, advérbios	16
5. Reconhecimento e emprego das estruturas morfosintáticas do texto.....	25
6. Relações de regência entre termos.....	27
7. Relações de concordância entre termos.....	29
8. Sinais de pontuação.....	31
9. Reescritura de frases e parágrafos do texto.....	33

Matemática

1. Teoria dos conjuntos. Relações entre conjuntos.....	51
2. Conjuntos numéricos	54
3. Funções exponenciais, logarítmicas e trigonométricas. Equações exponenciais, logarítmicas e trigonométricas.	66
4. Equações de 1º grau. Equações polinomiais reduzidas ao 2º grau	76
5. Análise combinatória: permutação, arranjo, combinação. Eventos independentes.....	78
6. Progressão aritmética. Progressão geométrica	84
7. Matrizes. Determinantes. Sistemas lineares	86
8. Trigonometria	96
9. Geometria plana	102
10. Geometria espacial	105
11. Geometria analítica: equação da reta, parábola e círculo	112
12. Matemática financeira: capital, juros simples, juros compostos, montante.....	117

Conhecimentos Específicos - Bloco I

Enfermagem do Trabalho

1. Atendimento pré-hospitalar a urgências e emergências em acidentes	125
2. Atendimento pré-hospitalar a urgências e emergências clínicas.....	132
3. Plano de contingência em saúde — ênfase em grandes acidentes	133
4. Conceitos e princípios de epidemiologia em saúde: doenças ocupacionais e não ocupacionais, surtos e epidemias.....	134
5. Programas de promoção da saúde (atividade física, alimentação saudável, álcool, tabaco e outras drogas).....	135
6. Assistência de enfermagem em saúde coletiva (ênfase em doenças transmissíveis e doenças crônicas não transmissíveis)	135
7. Assistência de enfermagem em saúde do trabalhador (doenças ocupacionais e não ocupacionais).....	136
8. Assistência de enfermagem em saúde mental do trabalhador	137
9. Imunização ocupacional e rede de frio	137
10. Conceitos de vigilância em saúde do trabalhador	150
11. Conceitos e princípios da vigilância sanitária aplicada à saúde do trabalhador	151

Conhecimentos Específicos - Bloco II

1. Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho, Decreto nº 7.602, de 7 de novembro de 2011, e suas atualizações	157
2. Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego	158
3. Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional (PCMSO)	159
4. Riscos físicos, químicos, biológicos e ergonômicos relacionados com o meio ambiente e a saúde do trabalhador	161
5. Equipamentos de proteção individual e coletiva — EPI e EPC.....	164
6. Noções de toxicologia da indústria de petróleo, gás, biocombustíveis e derivados	169
7. Fundamentos de gestão de segurança, meio ambiente e saúde.....	174
8. Organização, estrutura, finalidades e atribuições do serviço de saúde do trabalhador	178
9. Políticas públicas de saúde do adulto	182

Conhecimentos Específicos - Bloco III

1. Anatomia e fisiologia humana	187
2. Enfermagem clínica.....	208
3. Princípios de biossegurança em saúde	215
4. Métodos de desinfecção e esterilização de materiais e equipamentos de saúde	221
5. Farmacologia clínica aplicada à enfermagem	230
6. Organização do processo de trabalho em enfermagem	236
7. Registros e informação em saúde.....	238
8. Noções de nutrição e dietética	239
9. Estrutura do sistema de saúde brasileiro (Lei nº 8.080, de 1990, e suas atualizações)	240
10. Regulamentação do exercício profissional de enfermagem (Lei federal nº 7.498/1986) e suas atualizações	259
11. O código de ética dos profissionais de enfermagem	268
12. Fundamentos de enfermagem.....	276

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS

Compreender um texto nada mais é do que analisar e decodificar o que de fato está escrito, seja das frases ou de ideias presentes. Além disso, interpretar um texto, está ligado às conclusões que se pode chegar ao conectar as ideias do texto com a realidade.

A compreensão básica do texto permite o entendimento de todo e qualquer texto ou discurso, com base na ideia transmitida pelo conteúdo. Ademais, compreender relações semânticas é uma competência imprescindível no mercado de trabalho e nos estudos.

A interpretação de texto envolve explorar várias facetas, desde a compreensão básica do que está escrito até as análises mais profundas sobre significados, intenções e contextos culturais. No entanto, Quando não se sabe interpretar corretamente um texto pode-se criar vários problemas, afetando não só o desenvolvimento profissional, mas também o desenvolvimento pessoal.

Busca de sentidos

Para a busca de sentidos do texto, pode-se extrair os tópicos frasais presentes em cada parágrafo. Isso auxiliará na compreensão do conteúdo exposto, uma vez que é ali que se estabelecem as relações hierárquicas do pensamento defendido, seja retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Por fim, concentre-se nas ideias que realmente foram explicitadas pelo autor. Textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Deve-se atentar às ideias do autor, o que não implica em ficar preso à superfície do texto, mas é fundamental que não se criem suposições vagas e inespecíficas.

Importância da interpretação

A prática da leitura, seja por prazer, para estudar ou para se informar, aprimora o vocabulário e dinamiza o raciocínio e a interpretação. Ademais, a leitura, além de favorecer o aprendizado de conteúdos específicos, aprimora a escrita.

Uma interpretação de texto assertiva depende de inúmeros fatores. Muitas vezes, apressados, descuidamo-nos dos detalhes presentes em um texto, achamos que apenas uma leitura já se faz suficiente. Interpretar exige paciência e, por isso, sempre releia o texto, pois a segunda leitura pode apresentar aspectos surpreendentes que não foram observados previamente.

Para auxiliar na busca de sentidos do texto, pode-se também retirar dele os tópicos frasais presentes em cada parágrafo, isso certamente auxiliará na apreensão do conteúdo exposto. Lembre-se de que os parágrafos não estão organizados, pelo menos em um bom texto, de maneira aleatória, se estão no lugar

que estão, é porque ali se fazem necessários, estabelecendo uma relação hierárquica do pensamento defendido; retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Concentre-se nas ideias que de fato foram explicitadas pelo autor: os textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Devemos nos ater às ideias do autor, isso não quer dizer que você precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não criemos, à revelia do autor, suposições vagas e inespecíficas.

Ler com atenção é um exercício que deve ser praticado à exaustão, assim como uma técnica, que fará de nós leitores proficientes.

Diferença entre compreensão e interpretação

A compreensão de um texto envolve realizar uma análise objetiva do seu conteúdo para verificar o que está explicitamente escrito nele. Por outro lado, a interpretação vai além, relacionando as ideias do texto com a realidade. Nesse processo, o leitor extrai conclusões subjetivas a partir da leitura.

RECONHECIMENTO DE TIPOS TEXTUAIS: NARRAÇÃO, DESCRIÇÃO, DISSERTAÇÃO

O estudo dos tipos e gêneros textuais é fundamental para a compreensão e produção de textos em diversas situações comunicativas, sendo um tema recorrente em provas de concursos públicos. Ao compreender esses conceitos, o candidato adquire a capacidade de interpretar de forma mais eficaz os diferentes textos que encontrará, além de aprimorar sua habilidade de redigir conforme as exigências de cada situação.

Os tipos textuais referem-se a estruturas mais amplas e fixas que caracterizam a forma como o conteúdo é apresentado, como o narrativo, descritivo, dissertativo-argumentativo, expositivo e injuntivo. Já os gêneros textuais são as variadas manifestações desses tipos, adaptando-se ao contexto social, à finalidade e ao meio de comunicação, como notícias, editoriais, cartas de opinião, entre outros.

TIPOS TEXTUAIS: DEFINIÇÃO E CARACTERÍSTICAS GERAIS

Os tipos textuais são modelos de estrutura e organização que orientam a maneira como um texto é construído, determinando sua função comunicativa e as estratégias linguísticas empregadas em sua elaboração. Esses tipos são considerados padrões relativamente estáveis que definem a forma e o propósito do texto, orientando o autor e o leitor sobre como a mensagem será apresentada.

Ao todo, temos cinco tipos textuais clássicos, que aparecem com frequência em questões de concursos públicos e que são fundamentais para a compreensão da estrutura e organização dos textos: o descritivo, o injuntivo, o expositivo, o dissertativo-argumentativo e o narrativo. Cada um desses tipos textuais possui características próprias que influenciam a maneira como o texto é organizado, e a identificação dessas características é essencial para a interpretação e produção de textos de acordo com as demandas específicas de cada contexto.

► Tipo Textual Descritivo

O tipo descritivo é voltado para a criação de uma imagem detalhada de um objeto, pessoa, lugar, situação ou sentimento. O objetivo principal é permitir que o leitor visualize ou experimente o que está sendo descrito, utilizando recursos linguísticos que enfatizam as características sensoriais e perceptivas.

Características principais:

- Uso frequente de adjetivos, locuções adjetivas e orações adjetivas para caracterizar o objeto descrito.
- A descrição pode ser objetiva, quando o autor busca apresentar os detalhes de forma imparcial, ou subjetiva, quando há a inclusão de impressões e sentimentos pessoais.
- O texto é marcado por uma estrutura estática, sem progressão temporal.

▪ **Exemplos de gêneros textuais descritivos:** anúncios classificados, cardápios, biografias, manuais e relatos de viagem.

► Tipo Textual Injuntivo

O tipo injuntivo, também conhecido como instrucional, tem como propósito orientar, instruir ou comandar o leitor a realizar uma ação específica. É comum em situações em que é necessário indicar procedimentos, dar instruções ou estabelecer regras.

Características principais:

- Uso predominante de verbos no modo imperativo e em formas que expressam obrigação ou instrução (futuro do presente, por exemplo).
- A linguagem é direta e objetiva, com frases curtas e claras.
- A presença de marcas de interlocução, como pronomes e verbos em segunda pessoa, é comum para estabelecer uma relação de diálogo com o leitor.

▪ **Exemplos de gêneros textuais injuntivos:** receitas culinárias, bulas de remédio, manuais de instrução, regulamentos e editais.

► Tipo Textual Expositivo

O texto expositivo tem como principal objetivo informar, esclarecer ou explicar determinado assunto ao leitor. Sua função é apresentar informações de forma clara, imparcial e objetiva, sem a intenção de convencer ou influenciar.

Características principais:

- Apresenta uma estrutura clara, com introdução, desenvolvimento e conclusão.

▪ Uso de linguagem formal, objetiva e impessoal.

▪ O verbo é empregado predominantemente no presente, e a organização das ideias segue uma sequência lógica e ordenada.

▪ **Exemplos de gêneros textuais expositivos:** enciclopédias, artigos científicos, verbetes de dicionário, palestras e entrevistas.

► Tipo Textual Dissertativo-Argumentativo

O tipo dissertativo-argumentativo é amplamente utilizado em redações de concursos e vestibulares. Seu objetivo é expor ideias, discutir um tema e defender um ponto de vista, utilizando argumentos consistentes e bem estruturados.

Características principais:

- Estrutura típica com introdução (apresentação da tese), desenvolvimento (argumentos) e conclusão (reforço ou síntese da ideia principal).
- Presença de elementos que visam convencer o leitor, como citações, dados estatísticos, exemplos e comparações.
- Uso de verbos no presente, em primeira ou terceira pessoa, dependendo do grau de formalidade.

▪ **Exemplos de gêneros textuais dissertativo-argumentativos:** artigos de opinião, editoriais, ensaios, resenhas e cartas argumentativas.

► Tipo Textual Narrativo

O tipo narrativo é aquele em que o autor conta uma história, real ou fictícia, envolvendo personagens, um enredo, tempo e espaço. A narrativa envolve a apresentação de eventos que se desenrolam ao longo do tempo, seguindo uma sequência lógica.

Características principais:

- Presença de personagens, narrador, enredo, tempo e espaço.
- Uso predominante de verbos no pretérito, que conferem a ideia de acontecimentos já ocorridos.
- Pode adotar diferentes tipos de narrador, como o narrador em primeira pessoa (participa da história) ou o narrador em terceira pessoa (observador ou onisciente).

▪ **Exemplos de gêneros textuais narrativos:** contos, romances, fábulas, crônicas e lendas.

RELAÇÃO ENTRE OS TIPOS TEXTUAIS E A FUNÇÃO COMUNICATIVA

Os tipos textuais servem como base para a construção de qualquer texto e têm uma função comunicativa que orienta a escolha das estruturas gramaticais, do vocabulário e do estilo de escrita. Por exemplo, ao produzir um texto narrativo, espera-se que haja uma sequência de ações e eventos; ao criar um texto dissertativo-argumentativo, é necessário apresentar e defender uma ideia de forma lógica e coerente.

MATEMÁTICA

TEORIA DOS CONJUNTOS. RELAÇÕES ENTRE CONJUNTOS

TEORIA DOS CONJUNTOS

Os conjuntos estão presentes em muitos aspectos da vida, seja no cotidiano, na cultura ou na ciência. Por exemplo, formamos conjuntos ao organizar uma lista de amigos para uma festa, ao agrupar os dias da semana ou ao fazer grupos de objetos. Os componentes de um conjunto são chamados de elementos, e para representar um conjunto, usamos geralmente uma letra maiúscula.

Na matemática, um conjunto é uma coleção bem definida de objetos ou elementos, que podem ser números, pessoas, letras, entre outros. A definição clara dos elementos que pertencem a um conjunto é fundamental para a compreensão e manipulação dos conjuntos.

▪ Símbolos importantes

- $\in$: pertence
- $\notin$: não pertence
- $\subset$: está contido
- $\not\subset$: não está contido
- $\supset$: contém
- $\not\supset$: não contém
- $/$: tal que
- $\implies$: implica que
- $\Leftrightarrow$: se, e somente se
- $\exists$: existe
- $\nexists$: não existe
- $\forall$: para todo(ou qualquer que seja)
- $\emptyset$: conjunto vazio
- $\mathbb{N}$: conjunto dos números naturais
- $\mathbb{Z}$: conjunto dos números inteiros
- $\mathbb{Q}$: conjunto dos números racionais
- $\mathbb{I}$: conjunto dos números irracionais
- $\mathbb{R}$: conjunto dos números reais

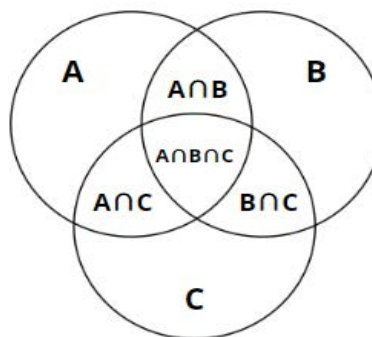
► Representações

Um conjunto pode ser definido:

- Enumerando todos os elementos do conjunto. Exemplo: $S = \{1, 3, 5, 7, 9\}$
- Simbolicamente, usando uma expressão que descreva as propriedades dos elementos. Exemplo: $B = \{x \in \mathbb{N} \mid x < 8\}$

▪ Enumerando esses elementos temos. Exemplo: $B = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7\}$

▪ Através do Diagrama de Venn que é uma representação gráfica que mostra as relações entre diferentes conjuntos, utilizando círculos ou outras formas geométricas para ilustrar as interseções e uniões entre os conjuntos. Exemplo:



► Subconjuntos

Quando todos os elementos de um conjunto A pertencem também a outro conjunto B, dizemos que:

- A é subconjunto de B ou A é parte de B
- A está contido em B escrevemos: $A \subset B$
- Se existir pelo menos um elemento de A que não pertence a B, escrevemos: $A \not\subset B$

► Igualdade de conjuntos

Para todos os conjuntos A, B e C, para todos os objetos $x \in U$ (conjunto universo), temos que:

- $A = A$.
- Se $A = B$, então $B = A$.
- Se $A = B$ e $B = C$, então $A = C$.
- Se $A = B$ e $x \in A$, então $x \in B$.

Para saber se dois conjuntos A e B são iguais, precisamos apenas comparar seus elementos. Não importa a ordem ou repetição dos elementos. Exemplo: se $A = \{1, 2, 3\}$, $B = \{2, 1, 3\}$, $C = \{1, 2, 2, 3\}$, então $A = B = C$.

► Classificação

Chama-se cardinal de um conjunto, e representa-se por $\#$, o número de elementos que ele possui. Exemplo: se $A = \{45, 65, 85, 95\}$, então $\#A = 4$.

Tipos de Conjuntos

- **Equipotente:** Dois conjuntos com a mesma cardinalidade.
- **Infinito:** quando não é possível enumerar todos os seus elementos
- **Finito:** quando é possível enumerar todos os seus elementos
- **Singular:** quando é formado por um único elemento
- **Vazio:** quando não tem elementos, representados por $S = \emptyset$ ou $S = \{ \}$.

► Pertinência

Um conceito básico da teoria dos conjuntos é a relação de pertinência, representada pelo símbolo $\in$. As letras minúsculas designam os elementos de um conjunto e as letras maiúsculas, os conjuntos. Exemplo: o conjunto das vogais (V) é $V = \{a, e, i, o, u\}$

- **A relação de pertinência é expressa por:** $a \in V$. Isso significa que o elemento a pertence ao conjunto V.
- **A relação de não-pertinência é expressa por:** $b \notin V$. Isso significa que o elemento b não pertence ao conjunto V.

► Inclusão

A relação de inclusão descreve como um conjunto pode ser um subconjunto de outro conjunto. Essa relação possui três propriedades principais:

- **Propriedade reflexiva:** $A \subset A$, isto é, um conjunto sempre é subconjunto dele mesmo.
- **Propriedade antissimétrica:** se $A \subset B$ e $B \subset A$, então $A = B$.
- **Propriedade transitiva:** se $A \subset B$ e $B \subset C$, então, $A \subset C$.

► Operações entre conjuntos

União

A união de dois conjuntos A e B é o conjunto formado pelos elementos que pertencem a pelo menos um dos conjuntos.

$$A \cup B = \{x | x \in A \text{ ou } x \in B\}.$$

$$\text{Ex.: } A = \{1, 2, 3, 4\} \text{ e } B = \{5, 6\}, \text{ então } A \cup B = \{1, 2, 3, 4, 5, 6\}$$

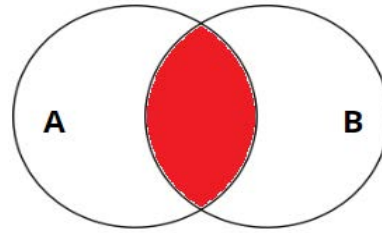
Fórmulas:

- $n(A \cup B) = n(A) + n(B) - n(A \cap B)$
- $n(A \cup B \cup C) = n(A) + n(B) + n(C) + n(A \cap B \cap C) - n(A \cap B) - n(A \cap C) - n(B \cap C)$

Interseção

A interseção dos conjuntos A e B é o conjunto formado pelos elementos que pertencem simultaneamente a A e B.

$$A \cap B = \{x | x \in A \text{ e } x \in B\}$$



$$\text{Ex.: } A = \{a, b, c, d, e\} \text{ e } B = \{d, e, f, g\}, \text{ então } A \cap B = \{d, e\}$$

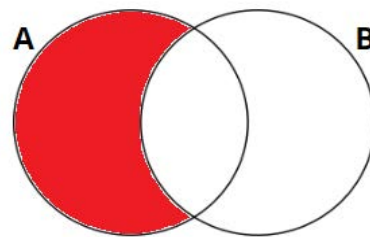
Fórmulas:

- $n(A \cap B) = n(A) + n(B) - n(A \cup B)$
- $n(A \cap B \cap C) = n(A) + n(B) + n(C) - n(A \cup B) - n(A \cup C) - n(B \cup C) + n(A \cup B \cup C)$

Diferença

A diferença entre dois conjuntos A e B é o conjunto dos elementos que pertencem a A mas não pertencem a B.

$$A \setminus B \text{ ou } A - B = \{x | x \in A \text{ e } x \notin B\}.$$



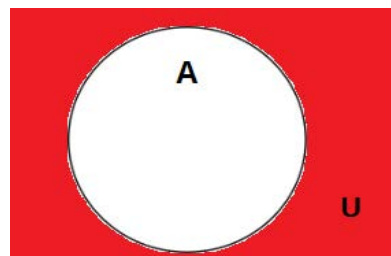
$$\text{Ex.: } A = \{0, 1, 2, 3, 4, 5\} \text{ e } B = \{5, 6, 7\}, \text{ então } A - B = \{0, 1, 2, 3, 4\}.$$

$$\text{Fórmula: } n(A - B) = n(A) - n(A \cap B)$$

Complementar

O complementar de um conjunto A, representado por A^c ou A^c , é o conjunto dos elementos do conjunto universo que não pertencem a A.

$$A^c = \{x \in U | x \notin A\}$$



$$\text{Ex.: } U = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7\} \text{ e } A = \{0, 1, 2, 3, 4\}, \text{ então } A^c = \{5, 6, 7\}$$

$$\text{Fórmula: } n(A^c) = n(U) - n(A)$$

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - BLOCO I

ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR A URGÊNCIAS E EMERGÊNCIAS EM ACIDENTES

No contexto da saúde, é crucial distinguir entre situações de urgência e emergência, pois ambas demandam respostas rápidas, mas possuem características diferentes:

- **Urgências:** São situações que requerem atendimento médico rápido, mas que não necessariamente colocam a vida do paciente em risco iminente. Exemplos incluem fraturas, febre alta, e crises asmáticas. O tratamento deve ser providenciado prontamente para evitar a evolução para uma condição mais grave.
- **Emergências:** São situações onde há risco imediato de vida ou de comprometimento severo das funções vitais do paciente. Exemplos incluem paradas cardiorrespiratórias, acidentes graves, infartos agudos do miocárdio e acidentes vasculares cerebrais (AVCs). O atendimento deve ser imediato para salvar vidas e minimizar danos permanentes.

Importância dos Aspectos Ético-Legais no Atendimento

O atendimento às urgências e emergências é uma área crítica da medicina que exige dos profissionais de saúde não apenas habilidades técnicas, mas também um profundo entendimento das questões éticas e legais envolvidas. A importância dos aspectos ético-legais pode ser compreendida sob várias perspectivas:

Proteção dos Direitos dos Pacientes:

- **Autonomia:** Os pacientes têm o direito de tomar decisões informadas sobre seus cuidados de saúde. Respeitar a autonomia envolve fornecer informações claras e completas sobre o diagnóstico, opções de tratamento, riscos e benefícios.
- **Confidencialidade:** A privacidade das informações dos pacientes deve ser garantida. Assegurar que dados pessoais e médicos sejam mantidos em sigilo é uma obrigação ética e legal dos profissionais de saúde.
- **Acesso Equitativo:** Todos os pacientes devem ter acesso ao atendimento necessário, independentemente de sua condição social, econômica, ou qualquer outro fator. Garantir a justiça no atendimento é um princípio ético fundamental.

Responsabilidade dos Profissionais de Saúde:

- **Dever de Cuidado:** Os profissionais de saúde têm a obrigação de prestar cuidados competentes e apropriados a todos os pacientes. Isso inclui a necessidade de estar sempre atualizado com as melhores práticas e diretrizes clínicas.
- **Evitar Danos:** É imperativo que os profissionais atuem de forma a não causar danos (princípio da não maleficência) e se esforcem para maximizar os benefícios para os pacientes (princípio da beneficência).
- **Responsabilidade Legal:** Os profissionais de saúde estão sujeitos a leis e regulamentos que governam a prática médica. Isso inclui responsabilidade civil e criminal em casos de negligência, imprudência ou imperícia.

Impacto na Qualidade do Atendimento:

- **Confiança e Relacionamento:** A observância dos princípios éticos e legais constrói confiança entre pacientes e profissionais de saúde. Um relacionamento baseado na confiança é essencial para a eficácia do tratamento e a satisfação do paciente.
- **Segurança do Paciente:** A adesão a protocolos éticos e legais contribui para a segurança do paciente, reduzindo a incidência de erros médicos e complicações.
- **Eficiência do Sistema de Saúde:** O respeito às normas éticas e legais promove a eficiência operacional e administrativa dos serviços de saúde, garantindo que os recursos sejam utilizados de maneira justa e eficaz.

Entender e aplicar os aspectos ético-legais no atendimento às urgências e emergências é vital para garantir que os cuidados de saúde sejam prestados de maneira justa, segura e eficaz.

Ao navegar pelas complexidades éticas e legais, os profissionais de saúde podem proteger os direitos dos pacientes, cumprir suas responsabilidades profissionais e contribuir para um sistema de saúde mais confiável e eficiente.

► Princípios Éticos no Atendimento de Urgências e Emergências

Beneficência e Não Maleficência

Beneficência:

- **Definição:** O princípio da beneficência exige que os profissionais de saúde ajam no melhor interesse dos pacientes, promovendo o bem-estar e proporcionando benefícios.
- **Aplicação:** No atendimento de urgências e emergências, isso significa fornecer o melhor cuidado possível de forma rápida e eficaz. Por exemplo, administrar medicações que aliviem a dor ou intervenções que estabilizem o paciente.

Não Maleficência:

- **Definição:** Este princípio obriga os profissionais a não causar dano aos pacientes. É um compromisso fundamental em todas as práticas médicas.
- **Aplicação:** No contexto de emergências, os profissionais devem garantir que suas ações não prejudiquem o paciente. Isso inclui evitar procedimentos invasivos desnecessários e usar intervenções que tenham o menor risco possível.

Autonomia e Consentimento Informado

Autonomia:

- **Definição:** O princípio da autonomia reconhece o direito dos pacientes de tomar decisões informadas sobre seus próprios cuidados de saúde.
- **Aplicação:** Mesmo em situações de emergência, sempre que possível, os pacientes devem ser informados sobre sua condição e as opções de tratamento disponíveis. Em casos onde o paciente está incapacitado, decisões devem ser tomadas com base em diretivas antecipadas ou consultas com familiares.

Consentimento Informado:

- **Definição:** É o processo pelo qual um paciente é informado sobre os riscos, benefícios e alternativas de um tratamento, e então dá seu consentimento voluntário para proceder.
- **Aplicação:** Em emergências, o tempo pode ser limitado, mas sempre que possível, os profissionais devem explicar as intervenções de maneira clara e obter o consentimento. Em situações onde o consentimento não pode ser obtido devido à gravidade da condição, os profissionais devem agir no melhor interesse do paciente, conforme as diretrizes éticas e legais.

Justiça e Equidade no Atendimento

Justiça:

- **Definição:** Este princípio refere-se à justiça na distribuição de recursos de saúde, garantindo que todos os pacientes tenham acesso a cuidados adequados.
- **Aplicação:** Em situações de emergência, a justiça exige que os profissionais tratem todos os pacientes com equidade, independentemente de sua condição socioeconômica, raça, gênero ou outras características pessoais. Isso inclui a priorização dos casos com base na gravidade clínica, não em outros critérios.

Equidade:

- **Definição:** A equidade no atendimento de saúde implica fornecer cuidados justos e imparciais, ajustando-se às necessidades específicas de cada paciente.
- **Aplicação:** Garantir que pacientes com necessidades especiais, como idosos, crianças ou aqueles com deficiências, recebam cuidados apropriados às suas condições específicas. Também envolve a alocação justa de recursos limitados, como leitos de UTI, com base em critérios médicos objetivos.

Exemplos de Aplicação dos Princípios Éticos

Beneficência e Não Maleficência:

- **Cenário:** Um paciente com suspeita de infarto do miocárdio chega à emergência.
- **Ação:** A equipe deve agir rapidamente para administrar medicamentos trombolíticos e realizar intervenções que salvem vidas, ao mesmo tempo em que monitoram cuidadosamente para evitar complicações.

Autonomia e Consentimento Informado:

- **Cenário:** Uma paciente consciente com um trauma abdominal requer uma cirurgia emergencial.
- **Ação:** Explicar rapidamente à paciente a necessidade da cirurgia, os riscos envolvidos, e obter seu consentimento antes de proceder, respeitando sua decisão.

Justiça e Equidade:

- **Cenário:** Dois pacientes chegam simultaneamente à emergência, um com um corte profundo e o outro com sinais de AVC.
- **Ação:** Priorizar o atendimento ao paciente com AVC devido à gravidade e necessidade de intervenção rápida, enquanto garante que o outro paciente receba cuidados adequados o mais rapidamente possível.

Os princípios éticos de beneficência, não maleficência, autonomia, e justiça são fundamentais no atendimento de urgências e emergências.

Eles guiam os profissionais de saúde na tomada de decisões complexas, assegurando que o cuidado prestado seja não apenas eficaz, mas também justo e respeitoso aos direitos dos pacientes.

Ao aderir a esses princípios, os profissionais promovem a confiança, a segurança e a equidade no atendimento emergencial, contribuindo para um sistema de saúde mais ético e humanitário.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - BLOCO II

POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO, DECRETO Nº 7.602, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2011, E SUAS ATUALIZAÇÕES

DECRETO Nº 7.602, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho - PNSST.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 4 da Convenção nº 155, da Organização Internacional do Trabalho, promulgada pelo Decreto nº 1.254, de 29 de setembro de 1994,

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho - PNSST, na forma do Anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 7 de novembro de 2011; 190º da Independência e 123º da República.

POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO OBJETIVO E PRINCÍPIOS

I - A Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho - PNSST tem por objetivos a promoção da saúde e a melhoria da qualidade de vida do trabalhador e a prevenção de acidentes e de danos à saúde advindos, relacionados ao trabalho ou que ocorram no curso dele, por meio da eliminação ou redução dos riscos nos ambientes de trabalho;

II - A PNSST tem por princípios:

a) universalidade;

b) prevenção;

c) precedência das ações de promoção, proteção e prevenção sobre as de assistência, reabilitação e reparação;

d) diálogo social; e

e) integralidade;

III - Para o alcance de seu objetivo a PNSST deverá ser implementada por meio da articulação continuada das ações de governo no campo das relações de trabalho, produção, consumo, ambiente e saúde, com a participação voluntária das organizações representativas de trabalhadores e empregadores;

DIRETRIZES

IV - As ações no âmbito da PNSST devem constar do Plano Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho e desenvolver-se de acordo com as seguintes diretrizes:

a) inclusão de todos trabalhadores brasileiros no sistema nacional de promoção e proteção da saúde;

b) harmonização da legislação e a articulação das ações de promoção, proteção, prevenção, assistência, reabilitação e reparação da saúde do trabalhador;

c) adoção de medidas especiais para atividades laborais de alto risco;

d) estruturação de rede integrada de informações em saúde do trabalhador;

e) promoção da implantação de sistemas e programas de gestão da segurança e saúde nos locais de trabalho;

f) reestruturação da formação em saúde do trabalhador e em segurança no trabalho e o estímulo à capacitação e à educação continuada de trabalhadores; e

g) promoção de agenda integrada de estudos e pesquisas em segurança e saúde no trabalho;

RESPONSABILIDADES NO ÂMBITO DA PNSST

V - São responsáveis pela implementação e execução da PNSST os Ministérios do Trabalho e Emprego, da Saúde e da Previdência Social, sem prejuízo da participação de outros órgãos e instituições que atuem na área;

VI - Cabe ao Ministério do Trabalho e Emprego:

a) formular e propor as diretrizes da inspeção do trabalho, bem como supervisionar e coordenar a execução das atividades relacionadas com a inspeção dos ambientes de trabalho e respectivas condições de trabalho;

b) elaborar e revisar, em modelo tripartite, as Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde no Trabalho;

c) participar da elaboração de programas especiais de proteção ao trabalho, assim como da formulação de novos procedimentos reguladores das relações capital-trabalho;

d) promover estudos da legislação trabalhista e correlata, no âmbito de sua competência, propondo o seu aperfeiçoamento;

e) acompanhar o cumprimento, em âmbito nacional, dos acordos e convenções ratificados pelo Governo brasileiro junto a organismos internacionais, em especial à Organização Internacional do Trabalho - OIT, nos assuntos de sua área de competência;

f) planejar, coordenar e orientar a execução do Programa de Alimentação do Trabalhador; e

g) por intermédio da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO:

1. elaborar estudos e pesquisas pertinentes aos problemas que afetam a segurança e saúde do trabalhador;

2. produzir análises, avaliações e testes de medidas e métodos que visem à eliminação ou redução de riscos no trabalho, incluindo equipamentos de proteção coletiva e individual;

3. desenvolver e executar ações educativas sobre temas relacionados com a melhoria das condições de trabalho nos aspectos de saúde, segurança e meio ambiente do trabalho;

4. difundir informações que contribuam para a proteção e promoção da saúde do trabalhador;

5. contribuir com órgãos públicos e entidades civis para a proteção e promoção da saúde do trabalhador, incluindo a revisão e formulação de regulamentos, o planejamento e desenvolvimento de ações interinstitucionais; a realização de levantamentos para a identificação das causas de acidentes e doenças nos ambientes de trabalho; e

6. estabelecer parcerias e intercâmbios técnicos com organismos e instituições afins, nacionais e internacionais, para fortalecer a atuação institucional, capacitar os colaboradores e contribuir com a implementação de ações globais de organismos internacionais;

VII - Compete ao Ministério da Saúde:

a) fomentar a estruturação da atenção integral à saúde dos trabalhadores, envolvendo a promoção de ambientes e processos de trabalho saudáveis, o fortalecimento da vigilância de ambientes, processos e agravos relacionados ao trabalho, a assistência integral à saúde dos trabalhadores, reabilitação física e psicossocial e a adequação e ampliação da capacidade institucional;

b) definir, em conjunto com as secretarias de saúde de Estados e Municípios, normas, parâmetros e indicadores para o acompanhamento das ações de saúde do trabalhador a serem desenvolvidas no Sistema Único de Saúde, segundo os respectivos níveis de complexidade destas ações;

c) promover a revisão periódica da listagem oficial de doenças relacionadas ao trabalho;

d) contribuir para a estruturação e operacionalização da rede integrada de informações em saúde do trabalhador;

e) apoiar o desenvolvimento de estudos e pesquisas em saúde do trabalhador;

f) estimular o desenvolvimento de processos de capacitação de recursos humanos em saúde do trabalhador; e

g) promover a participação da comunidade na gestão das ações em saúde do trabalhador;

VIII - Compete ao Ministério da Previdência Social:

a) subsidiar a formulação e a proposição de diretrizes e normas relativas à interseção entre as ações de segurança e saúde no trabalho e as ações de fiscalização e reconhecimento dos benefícios previdenciários decorrentes dos riscos ambientais do trabalho;

b) coordenar, acompanhar, avaliar e supervisionar as ações do Regime Geral de Previdência Social, bem como a política direcionada aos Regimes Próprios de Previdência Social, nas áreas que guardem inter-relação com a segurança e saúde dos trabalhadores;

c) coordenar, acompanhar e supervisionar a atualização e a revisão dos Planos de Custeio e de Benefícios, relativamente a temas de sua área de competência;

d) realizar estudos, pesquisas e propor ações formativas visando ao aprimoramento da legislação e das ações do Regime Geral de Previdência Social e dos Regimes Próprios de Previdência Social, no âmbito de sua competência; e

e) por intermédio do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS:

1. realizar ações de reabilitação profissional; e

2. avaliar a incapacidade laborativa para fins de concessão de benefícios previdenciários.

NORMAS REGULAMENTADORAS DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

As Normas Regulamentadoras (NRs) são instrumentos fundamentais para o detalhamento e aplicação prática das diretrizes de saúde e segurança no trabalho previstas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Criadas pelo Ministério do Trabalho e Previdência, essas normas visam orientar empresas e trabalhadores em como implementar e cumprir as medidas de segurança e saúde ocupacional, reduzindo os riscos de acidentes e promovendo um ambiente de trabalho mais seguro.

Essas normas regulamentadoras foram introduzidas em 1978 e estão continuamente sendo revisadas e atualizadas para se adaptarem às mudanças nos processos industriais, novas tecnologias e riscos emergentes. Hoje, existem 37 NRs que cobrem uma ampla gama de tópicos, incluindo medidas preventivas, orientações para o uso de equipamentos de proteção, normas específicas para setores de alto risco, como mineração e construção civil, entre outros.

► Objetivo e Função das NRs na Segurança do Trabalho

As NRs foram criadas para operacionalizar e detalhar as disposições gerais da CLT relacionadas à segurança e medicina do trabalho. Enquanto a CLT estabelece o marco legal para garantir a saúde dos trabalhadores, as NRs fornecem diretrizes específicas que empregadores e empregados devem seguir em diferentes tipos de atividades.

Alguns dos objetivos fundamentais das NRs incluem:

- **Prevenir Acidentes e Doenças Ocupacionais:** As normas especificam medidas técnicas e organizacionais para evitar condições perigosas no ambiente de trabalho.

- **Orientar sobre o Uso de Equipamentos de Proteção:** Normas como a NR 6 determinam o fornecimento, uso e manutenção dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs).

- **Estabelecer Padrões para Ambientes de Trabalho:** Algumas NRs, como a NR 17, tratam de ergonomia, definindo parâmetros para garantir a segurança e o conforto dos trabalhadores.

► Exemplos de Normas Regulamentadoras e Sua Aplicação

Algunas NRs são especialmente relevantes para a segurança no trabalho, sendo amplamente aplicadas em diversos setores e servindo como referência para a gestão de segurança em saúde ocupacional. Entre as mais importantes estão:

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - BLOCO III

ANATOMIA E FISIOLOGIA HUMANA

► Anatomia e fisiologia do sistema esquelético

Osteologia, em um sentido estrito e etimológico, refere-se ao estudo dos ossos. Em um sentido mais amplo, abrange o estudo das estruturas intimamente ligadas ou relacionadas aos ossos, que compõem o esqueleto.

Do ponto de vista da sobrevivência e da função do movimento, que é essencial para a locomoção, o foco recai sobre os Sistemas Esquelético, Muscular e Articular, que, juntos, formam o Aparelho Locomotor do organismo.

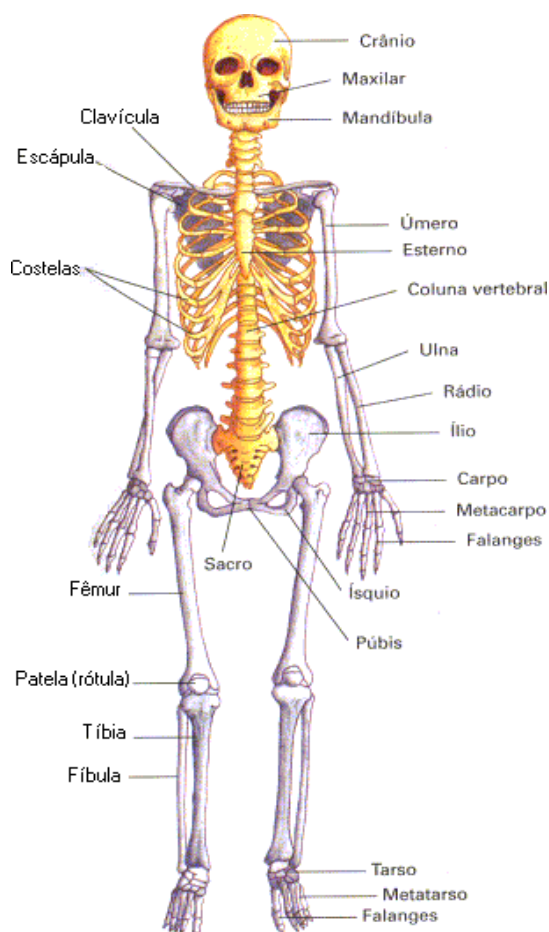


Imagem: AVANCINI & FAVARETTO. *Biologia – Uma abordagem evolutiva e ecológica*. Vol. 2. São Paulo, Ed. Moderna, 1997.

Além de proporcionar suporte ao corpo, o esqueleto desempenha o papel de proteger os órgãos internos e oferece pontos de fixação para os músculos. Ele é composto por elementos ósseos e articulações cartilaginosas, que, quando combinados, formam um sistema de alavancas controlado pelos músculos. O esqueleto de um indivíduo adulto consiste normalmente em 206 ossos, embora essa quantidade possa variar de acordo com fatores como idade, características individuais e critérios de contagem. Em média, os ossos representam aproximadamente um quinto do peso total de um indivíduo saudável.

Fatores que influenciam na contagem de ossos:

a) Fatores Etários: da infância à velhice, há uma variação na quantidade de ossos.

b) Fatores Individuais: em alguns casos, pode haver persistência da divisão do osso frontal na fase adulta, e ossos adicionais podem ocorrer, levando a variações na contagem de ossos.

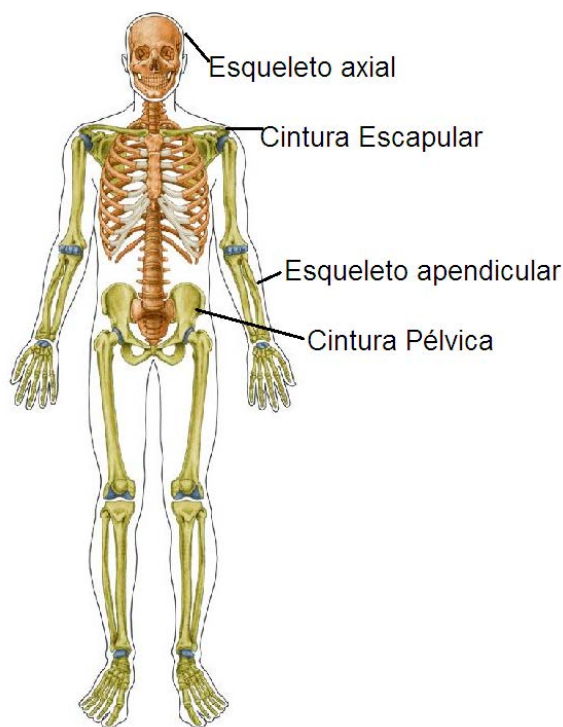
c) Critérios de Contagem: às vezes, os anatomistas aplicam critérios pessoais ao contar ossos, como incluir ou excluir os ossos sesamoides ou os ossículos do ouvido médio.

O esqueleto humano pode ser dividido em duas partes:

▪ **Esqueleto axial:** localizado na parte média e formando o eixo central do corpo, esse componente inclui os ossos do crânio, da face, a coluna vertebral, as costelas e o esterno. Consiste em um total de 80 ossos, sendo 28 deles presentes no crânio e na face, 26 na coluna vertebral, e 24 costelas, além de um osso esterno e um osso hioide.

▪ **Esqueleto apendicular:** compreende a cintura escapular, constituída pelas escápulas e clavículas, a cintura pélvica, formada pelos ossos ilíacos (da bacia), e os esqueletos dos membros, que englobam os membros superiores (ou anteriores) e os membros inferiores (ou posteriores).

A conexão entre essas duas partes ocorre por meio de estruturas ósseas conhecidas como cinturas: a escapular ou torácica, formada pela escápula e clavícula, e a pélvica, composta pelos ossos do quadril, que incluem o ílio, o púbis e o ísquio.



TOMITA, Rúbia Yuri. *Atlas visual compacto do corpo humano*. 3. ed. São Paulo: Rideel, 2012

Os ossos são órgãos vitais no corpo humano, desempenhando um papel fundamental em sua ecologia. Cerca de 75% da estrutura óssea é composta por tecido ósseo. É importante ressaltar que os ossos são formados pela união de osteócitos, osteóide, sais minerais e vasos capilares, resultando no tecido ósseo, conhecido como osteônio.

a) A arquitetura dos ossos é composta por três principais componentes:

- **Substância compacta:** responsável por fornecer sustentação e apoio estrutural.
- **Substância esponjosa:** contribui para a capacidade do osso de se moldar e absorver impactos em caso de fraturas.
- **Canal medular:** este espaço aloja a medula óssea, que desempenha um papel crucial na produção de células sanguíneas. Os ossos desempenham diversas funções, como fornecer suporte para o corpo, servir como uma base mecânica para o movimento e produzir estruturas vitais para o organismo.

b) Esqueleto:

Esse termo pode parecer simplesmente a união dos ossos, mas, na realidade, vai muito além disso. Ele denota uma estrutura de suporte. Portanto, podemos descrever o esqueleto como o conjunto de ossos e cartilagens que se conectam para formar a estrutura de suporte do corpo, desempenhando diversas funções. Por sua vez, os ossos podem ser definidos como estruturas rígidas, variáveis em número, localização e forma, que, quando combinadas, constituem o esqueleto.

c) Funções do Esqueleto:

O esqueleto desempenha diversas funções, tais como:

- **Proteção:** atua como uma estrutura protetora para órgãos vitais, como o coração, pulmões e sistema nervoso central.
- **Sustentação:** fornece a estrutura e conformação básica para o corpo humano, mantendo-o ereto.
- **Armazenamento:** serve como local de armazenamento de íons de cálcio e potássio, essenciais para diversas funções do corpo.
- **Sistema de alavancas:** atua como um sistema de alavancas que permite o movimento do corpo e auxilia na locomoção.
- **Deslocamento:** possibilita o movimento do corpo, permitindo que os músculos realizem ações de locomoção e mobilidade.

Classificação dos ossos

Os ossos do corpo humano podem ser classificados com base em suas dimensões lineares, resultando em diferentes categorias:

- **Ossos longos:** caracterizados pelo comprimento consideravelmente maior do que a largura e a espessura. Possuem diáfise, extremidades conhecidas como epífises (uma distal e outra proximal) e medula óssea no interior. Além disso, apresentam uma cartilagem epifisária nas extremidades em crescimento. Exemplos incluem o fêmur, tíbia, fíbula, falanges, úmero, rádio, entre outros.
- **Ossos laminares:** possuem comprimento e largura aproximadamente iguais, predominando sobre a espessura. São por vezes chamados erroneamente de “ossos planos”. Exemplos compreendem os ossos do quadril, escápula e occipital.
- **Ossos curtos:** têm dimensões equivalentes para comprimento, largura e espessura. Exemplos destes ossos incluem o carpo e metacarpo.
- **Ossos irregulares:** apresentam uma forma complexa e irregular. Um exemplo notável são as vértebras da coluna espinhal e o osso temporal.
- **Ossos pneumáticos:** caracterizam-se por conter uma ou mais cavidades revestidas de mucosa, que contêm ar. Essas cavidades são chamadas de seios. Exemplos de ossos pneumáticos incluem o etmoide, esferoide, frontal, temporal e maxilar.
- **Ossos sesamoides:** são ossos inseridos em tendões ou cartilagens, desempenhando principalmente a função de facilitar o deslizamento dessas estruturas. A patela é um exemplo de osso sesamoide.

Arquitetura óssea

Em estudos microscópicos, é possível identificar que o tecido ósseo é composto por duas principais regiões:

- **Substância compacta:** as lamelas do tecido ósseo estão intimamente unidas umas às outras, sem espaços vazios entre elas. Esta região é densa e sólida, conferindo resistência aos ossos. A substância compacta é encontrada em diversos tipos de ossos, incluindo ossos longos, planos, irregulares e curtos.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!